

Alerta Legislação, nº 49 de 07 a 12 dez.2015

Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

■ **LEI Nº 16.049, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Projeto de lei nº 455/15, dos Deputados Coronel Camilo - PSD, e Coronel Telhada - PSDB)

Dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados e dá outras providências

■ **LEI Nº 16.048, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Projeto de lei nº 400/11, do Deputado Marcos Martins - PT)

Altera a [Lei nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto

■ **DECRETO Nº 61.701, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015**

Suspende o expediente nas repartições públicas estaduais nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015 e dá providências correlatas

SECRETARIA DE GOVERNO

■ **RESOLUÇÃO SG-74, DE 9-12-2015**

Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá providências correlatas

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

■ **RESOLUÇÃO SE 56, DE 8-12-2015**

Revoga a Resolução SE 54, de 1º-12-2015(*)

(*) *Dispõe sobre a transferência dos integrantes dos Quadros de Pessoal da Secretaria da Educação*

Prefeitura de São Paulo

■ **DECRETO Nº 56.702, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015**

Cria o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres - CMPM.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
10/12/2015	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 153, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 ,

	que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.586, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015</u> Altera o Decreto nº 6.754, de 28 de janeiro de 2009, que regulamenta a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre a transferência ao domínio do Estado de Roraima de terras pertencentes à União.
09/12/2015	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 701, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação; a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, para dispor sobre o Fundo de Garantia à Exportação; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para dispor sobre a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; e o Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, para dispor sobre a moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 700, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. <u>LEI Nº 13.203, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; e altera as Leis nºs 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética, 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, e 11.488, de 15 de junho de 2007, que equipara a autoprodutor o consumidor que atenda a requisitos que especifica. Mensagem de veto <u>LEI Nº 13.202, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT; autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica; altera as Leis nºs 12.873, de 24 de outubro de 2013, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências. Mensagem de veto <u>DECRETO Nº 8.585, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera o Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, que regulamenta a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar, para dispor sobre certificados militares.
08/12/2015	<u>DECRETO Nº 8.584, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015</u>

	Altera o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e dispõe sobre sua gestão.
07/12/2015	<u>DECRETO Nº 8.583, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera o Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa. <u>DECRETO Nº 8.582, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Delega competência ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para a prática dos atos que especifica.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL NO- 48, DE 2015</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 10 de dezembro de 2015 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 548, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015</u> (...) Art. 1º Estudantes habilitados ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes 2015 (Enade 2015), nos termos do artigo 6º, § 1º da Portaria Normativa MEC nº 03/2015, que não participaram da prova realizada no dia 22 de novembro de 2015, poderão solicitar dispensa do ENADE 2015, nos termos e prazos estabelecidos nesta Portaria. <u>PORTARIA Nº 1.122, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Reedita a Portaria MEC nº 906, de 2 de setembro de 2015, para alterar a composição do Comitê Coordenador Nacional da Universidade em Rede do BRICS - Comitê. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u>

	Dispõe sobre a transferência de recursos e a utilização de saldos nas contas bancárias para fins de cálculo dos valores a serem transferidos às escolas beneficiárias do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). <u>RESOLUÇÃO Nº 15, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Revoga as resoluções que dispõem sobre o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa a participantes dos programas de formação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor). <u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a operacionalização da assistência financeira aos estados das regiões Norte e Nordeste para impressão de material de formação e apoio à prática docente, com foco na aprendizagem do aluno da educação básica. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 548, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015</u> (Publicada no DOU de 7/12/2015) ANEXO(*) Critérios para deferimento de dispensa - Enade 2015 1. Acidentes - apresentação de boletim de ocorrência policial com relato de acidente de trânsito no dia de realização do Enade (22/11/2015), antes das 13 horas (horário de Brasília), com envolvimento do estudante (validar Boletim Eletrônico de Ocorrência). (...)
Ministério da Fazenda (MF)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 934, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> (...) Art. 1º Aprovar revisão das tarifas dos serviços postais e telegráficos, nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, sob a forma de recomposição, aplicando-se o percentual de 8,898%, que vigorará por 21 meses, a contar da data de publicação de sua aprovação pelo Ministério das Comunicações, nos termos do art. 32 da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, segundo o disposto na Portaria MF nº 244, de 25 de março de 2010. (...) COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) <u>DELIBERAÇÃO Nº 745, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Alerta de Oferta de Fundos de Investimento Inexistentes CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) → Secretaria Executiva <u>DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO EM 8 DE DEZEMBRO DE 2015</u> O Distrito Federal informa alteração de alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS a partir de 2016.

	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.598, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado. <u>ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 9, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a data de opção pela contribuição previdenciária substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para o ano de 2015, e a contribuição a cargo da empresa incidente sobre o 13º (décimo terceiro) salário de segurados empregados e trabalhadores, nos casos em que a empresa optar por recolher a contribuição na forma prevista no inciso I do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
Ministério da Justiça (MJ)	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF) <u>PORTARIA Nº 5.831, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015</u> Altera a redação da Portaria nº 815/99 - DG/DPF, de 28 de julho de 1999 e dá outras providências (...) que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Fica regulamentado o procedimento de cadastro dos organismos nacionais e estrangeiros que atuam em adoção internacional de crianças e adolescentes no Brasil. (...)"
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.013, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Fixa, para o exercício de 2015, o valor global máximo das deduções do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, correspondente às doações e aos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços desenvolvidos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD). <u>CONSULTA PÚBLICA Nº 25, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015</u> (...) Portaria que aprova, na forma do Anexo, o texto da nova "Caderneta da Criança - Passaporte da Cidadania", agora com componente intersectorial. Esta versão incorpora à saúde algumas informações sobre a assistência social e educação, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (...) AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) – Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 61, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a regulamentação dos parágrafos 2º e 3º do artigo 7º da Resolução Normativa - RN nº 364, de 11 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Fator de Qualidade a ser aplicado ao índice de reajuste definido pela ANS para prestadores de serviços hospitalares. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 391, DE 4 DE DEZEMBRO DE</u>

2015

Altera a Resolução Normativa - RN nº 364, de 11 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a definição de índice de reajuste pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS - a ser aplicado pelas operadoras de planos de assistência à saúde aos seus prestadores de serviços de atenção à saúde em situações específicas.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

→ Diretoria Colegiada (DC)

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.367, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Resolução - RE nº 3.148, publicadano Diário Oficial da União em 17 de novembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso de todos os lotes válidos dos medicamentos relacionados a seguir, fabricados pela empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda. (CNPJ: 73856593/0001-66).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.365, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, a distribuição e a comercialização em todo território nacional, de todos os lotes do produto PALMITO EM CONSERVA, marca TRÊS FORQUILHAS BREHM, fabricado por Ind. e Com. de Doces Três Forquilhas Ltda. (07.688.978/0001-37).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.364, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, a distribuição e a comercialização em todo território nacional, de todos os lotes do produto PALMITO EM CONSERVA, marca CONSERVAS MANZAN, fabricado por Celso Alvino Mansan (07.104.348/0001-78).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.363, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, a distribuição e a comercialização em todo território nacional, de todos os lotes do produto PALMITO EM CONSERVA, marca CONSERVAS SERRA AZUL, fabricado por Elizete Lummertz Borges (94.423.787/0001-48).

(...)

→ Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.413, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote SLFL3036 (Val.: 04/05/2018) do cosmético INGEL MAX, marca FOREVERLISS, 1000 mL, fabricado por Frielo Ind. e Com. de Cosméticos Ltda-ME (CNPJ: 13647062/0001-31).

(...)

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.412, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º Determinar como medida de interesse sanitário, em todo o

território nacional, a suspensão da importação de todas as FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS não estéreis para uso oral, fabricadas pela empresa Laboratórios Lesvi SL, localizada na Avgda Barcelona, 69-08970, Sant Joan Despi, Barcelona, Espanha.
(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.411, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 774514 (Val.: 07/2017) do medicamento CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 mg, comprimidos revestidos, fabricado pela empresa EMS S/A (CNPJ: 57507378/0003-65).

(...)

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.410, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, comercialização e uso do produto CLORO LÍQUIDO - ALVEJANTE CONCENTRADO - marca LOURO, além da suspensão de todas as publicidades dos produtos TÁ-BOA ALVEJANTE COM DETERGENTE e SABÃO LÍQUIDO MAXI divulgados pelo sítio eletrônico <http://uselouro.com.br/> fabricados pela empresa Lorenzetti Quimica Ltda. (CNPJ: 80416225/0001-62).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.409, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso dos lotes A12922, A12977 e A13258 (Val.: 05/2016) do medicamento RINOFLUIMUCIL (acetilcisteína + acetato de tuaminoeptano), solução nasal, da empresa Zambon Laboratórios Farmacêuticos Ltda. (CNPJ: 61100004/0001-36).

(...)

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.408, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos REPEL-NEEM -REPELENTE NATURAL USO HUMANO E DOMÉSTICO, SABONETE DE NEEM - HUMANO e ÓLEO DE NEEM, bem como todos os demais produtos cosméticos fabricados pela empresa Pará - Indústria e Comércio de Óleos Vegetais Ltda. - EPP (CNPJ 08188487/0001-90), localizada na Estrada PA 440, Km 10, Rural, São João de Pirabas/PA.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.407, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão de todas as publicidades que atribuam propriedades funcionais ou de saúde não permitidas pela legislação sanitária vigente, relativas ao produto TRIPLO X NUTRATA, fabricante não identificado, distribuído pela empresa MMC Comercio de Produtos Alimentícios e Cosméticos Ltda. (CNPJ: 17103570/0001-)

	00). (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.405, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a suspensão de todas as publicidades que atribuam propriedades terapêuticas não estabelecidas pela legislação sanitária vigente, relativas ao produto COLCHÕES FOTOMAG, pela empresa Photonmag Indústria e Comércio de Produtos Magnetizados Ltda - ME (CNPJ: 12053402/0001-33). (...) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 3.404, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização, uso e divulgação, inclusive por meio do endereço eletrônico http://www.hidrolinfa.com.br/ do equipamento HIDROLINFA com finalidade de embelezamento e estética, inclusive suas partes e acessórios, importados pela empresa R.F. Campos Importação e Exportação Ltda ME (CNPJ: 12065138/0001-58). (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.373, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão, divulgação de todas as publicidades do produto G.A 4MAX fabricado por empresa desconhecida, nos domínios sob responsabilidade das empresas Essencial Life- Cilo do Carmo Ferreira - ME (CNPJ: 07799496/0001-54) e Grupo Nutri Laife - Marta Penerotti Ferreira - ME (CNPJ: 08647106/0001-93). (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.372, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, divulgação, comercialização e uso de TODOS OS PRODUTOS comercializados por meio do sítio eletrônico www.minhaforma.com.br, cujo detentor é a empresa Leal Comércio de Eletrônicos e Informática Ltda.(CNPJ: 13433820/0001-19). (...)
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH)	CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS <u>RESOLUÇÃO Nº 13, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos <u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Segurança Pública, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

	<u>RESOLUÇÃO Nº 11, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada, no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos. <u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Direito à Cidade, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos <u>RESOLUÇÃO Nº 9, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Defensores de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. <u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. <u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳↳↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A COMUNIDADEDO CARIBE (CARICOM) SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA</u>
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 385, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera a Portaria MDIC nº 113, de 17 de maio de 2012, que dispõe sobre a obrigação de prestar informações de natureza econômico-comercial ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativas às transações entre residentes ou domiciliados no Brasil e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas e dos entes despersonalizados.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº113, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo e dá outras providências.

Ministério do Meio Ambiente (MMA)	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1.382, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre as condições de operação a serem observadas para o Sistema Hidráulico Paraíba do Sul, que compreende tanto os reservatórios localizados na bacia quanto as estruturas de transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o Sistema Guandu. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) <u>RESOLUÇÃO Nº 472, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre o uso de dispersantes químicos em incidentes de poluição por óleo no mar. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>PORTARIA Nº 19, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Aprova a instituição da Comissão de Ética Pública no âmbito do Ibama e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 18, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Define competências e estabelece procedimentos para o gerenciamento e utilização do Sistema de Rastreamento e Comunicação Veicular - SRCV referente ao Contrato nº12/2013 para os veículos destinados à execução das atividades finalísticas do Ibama.
Ministério do Turismo (MTur)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 205, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº 313, de 03 de dezembro de 2013, e dá outras providências.
Ministério dos Transportes (MT)	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.953, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera a Resolução nº 4.130, de 3 de julho de 2013, que "Dispõe sobre as características, especificações e padrões técnicos a serem observados nos ônibus utilizados na operação dos serviços de transporte rodoviário interestadual internacional de passageiros e sobre os multiplicadores tarifários dos serviços diferenciados".
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
12/12/2015	<u>DECRETO Nº 61.708, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Institui atividade conjunta no âmbito da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado, em colaboração com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para realização do programa de gestão das ações de Execução Fiscal, denominado "Concilia SP", na

	forma que especifica
11/12/2015	<u>LEI Nº 16.049, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 455/15, dos Deputados Coronel Camilo - PSD, e Coronel Telhada - PSDB) Dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados e dá outras providências <u>LEI Nº 16.048, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 400/11, do Deputado Marcos Martins - PT) Altera a <u>Lei nº 12.684, de 26 de julho de 2007</u>, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto
10/12/2015	<u>DECRETO Nº 61.701, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Suspende o expediente nas repartições públicas estaduais nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015 e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 61.700, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Estabelece normas para o dispêndio, por empresas controladas pelo Estado, de quantias dedutíveis do imposto de renda devido, nas hipóteses que especifica
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO (CGA) <u>DECLARAÇÃO PÚBLICA DE BENS - ANUAL 2014</u> Em cumprimento ao disposto no Dec. 54.264-2009, a Corregedoria Geral da Administração faz publicar a declaração anual atualizada de bens e valores das autoridades e dos dirigentes (...)
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC- 112, DE 7-12-2015</u> Dispõe sobre a composição do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas da Secretaria da Cultura e dá providências correlatas
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SDECTNº 35, DE 8-12-2015</u> Reconhece como Instituição Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo – ICTESP, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HCFMUSP e cria o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT

Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 57, DE 11-12-2015</u> Dispõe sobre o cumprimento das atividades escolares necessárias à finalização do ano letivo de 2015 <u>RESOLUÇÃO SE 56, DE 8-12-2015</u> Revoga a Resolução SE 54, de 1º-12-2015(*) (*) <i>Dispõe sobre a transferência dos integrantes dos Quadros de Pessoal da Secretaria da Educação</i> <u>RESOLUÇÃO SE 55, DE 7-12-2015</u> Dispõe sobre a tramitação de contratos de prestação de serviços contínuos com termo de aditamento para prorrogação de prazo de vigência
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 87, DE 10-12-2015</u> Disciplina o horário de atendimento ao público nas unidades de atendimento da Secretaria da Fazenda no período de 1º a 15-12-2015, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SF 85, DE 08-12-2015</u> Altera a Resolução SF-61/08, de 5 de novembro de 2008, que dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/PGE 02, DE 07-12-2015</u> Disciplina os procedimentos administrativos necessários ao recolhimento no âmbito do Programa de Parcelamento de Débitos - PPD, nos termos do Decreto 61.696, de 4 de dezembro de 2015 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 035, DE 07-12-2015</u> Altera dispositivo da Portaria Conjunta CAF-CCE-CO 1, de 21-01-2015(*) (*) <i>Estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2015</i> COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) – Diretoria de Arrecadação (DA) <u>COMUNICADO DA-94, DE 10-12-2015</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 29-01-2015 para os débitos de ICMS
Governo (SG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SG-74, DE 9-12-2015</u> Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá providências correlatas AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 607, DE 9-12-2015</u> Dispõe sobre o cálculo a cobrança e o recolhimento à ARSESP dos valores complementares da Taxa de Regulação, Controle e

	Fiscalização – TRCF pelas Concessionárias de Gás Canalizado, instituída pela Lei Complementar 1025, e Decreto 52.455 de 7 de dezembro de 2007
Logística e Transportes (SLT)	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER) PORTARIA SUP/DER-79, DE 7-12-2015 Dispõe sobre a circulação de veículos de carga na SP 055, nas condições que especifica. (3.3)
Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR	UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) COMUNICADO CONJUNTO UCRH/CAF/SPPREV Nº 01/2015, DE 8-12-2015 A Unidade Central de Recursos Humanos - UCRH, da Secretaria de Planejamento e Gestão; a Coordenadoria da Administração Financeira – CAF, da Secretaria da Fazenda e a São Paulo Previdência - SPPREV, expedem o presente Comunicado Conjunto objetivando orientar os órgãos Setoriais, Subsetoriais e Serviços de Pessoas do Sistema de Administração de Pessoal da Administração Direta e Autarquias do Estado, quanto à padronização dos procedimentos de aposentadoria (...)
Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH) – Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista (CBH-BS) DELIBERAÇÃO CBH-BS - 296, DE 9-12-2015 Aprova Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista de 2015, ano base 2014
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO(GS) RESOLUÇÃO SS – 131, DE 10-12-2015 Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Plano Estadual de Apoio à Desinstitucionalização, de pessoas internadas há mais de um ano nos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo, e dá outras providências. RESOLUÇÃO SS – 130, DE 10-12-2015 Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Plano Estadual de Apoio à Desinstitucionalização, de pessoas internadas há mais de um ano nos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo, e dá outras providências. RESOLUÇÃO SS - 129, DE 10-12-2015 Dispõe sobre prorrogação de prazos para apresentação da Ordem de Início de Serviço e para a conclusão da obra, definidos no Artigo 5º, da Resolução SS - 130, de 09-12-2013, que habilita municípios a receberem recursos referentes ao Programa Qualis UBS - Fase II, Componente Reforma e/ou Ampliação, e dá providências correlatas.

Secretaria de Segurança Pública (SSP)	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (PCESP) ↳ Delegacia Geral de Polícia Dr. Maurício Guimarães Pereira (DGP) <u>PORTARIA DGP-48, DE 08-12-2015</u> Concede a Medalha "Jorge Tibiriçá" ao Exmo. Sr. Ministro Enrique Ricardo Lewandowski
Universidade de Campinas (UNICAMP)	CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) <u>DELIBERAÇÃO CEPE-A-9, DE 1º-12-2015</u> Altera a Deliberação CEPE-A-06/2015 que dispõe sobre o Calendário Escolar dos Cursos de Graduação da Unicamp para o ano letivo de 2016
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG-7.150, DE 8-12-2015</u> Fixa o Calendário Escolar dos Cursos de Graduação da USP para o ano de 2016
Defensoria Pública do Estado (DPE)	SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO <u>ATO CONJUNTO DO SEGUNDO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO E DO TERCEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO N. 13, DE 03-12-2015</u> Altera os Atos Conjuntos do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado e do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado ns. 1 e 2, ambos de 22-01-2015, que organiza a distribuição de processos eletrônicos alocados nos Departamentos Estaduais de Execução Criminal pelos Oficiais de Defensoria Pública
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
12/12/2015	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1590, DE 2015</u> Determina a distribuição gratuita de leite semilactose para crianças lactentes, nas condições que especifica, no âmbito do estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 12/12/2015, p. 10 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA COMUNICADO GP Nº 06/2015 Processo Eletrônico – e-TCESP A Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, comunica, nos termos do art. 4º da Resolução nº 01/2011, que devido à suspensão do expediente no Tribunal, deliberada nos termos do Ato GP nº 02/2015, publicado no DOE de 5 de fevereiro de 2015, e manutenção técnica programada,

	prevista no inciso I do artigo 4º da Resolução nº 01/2011, o Sistema de Processo Eletrônico estará indisponível das 17h00min do dia 16/12/2015 às 08h00min do dia 04/01/2016. Também estarão indisponíveis no mesmo período as consultas processuais do Portal e-TCESP. Os prazos processuais que se findarem no período de 17/12/2015 a 17/01/2016 serão prorrogados para o dia 18/01/2016, exceto aqueles referentes a processos/expedientes que versem sobre o exame prévio de edital, cujo prazo iniciar-se-á a partir de 04/01/2016, consoante Ato GP nº 12/2015, publicado no DOE de 27 de novembro de 2015, combinado com o parágrafo único do artigo 221 e disposições seguintes do Regimento Interno e o parágrafo 1º do artigo 4º da Resolução nº 01/2011. A documentação pertinente a processos autuados no sistema e-TCESP, bem como novas representações, serão recebidas e recepcionadas em meio físico pelas Unidades Protocoladoras até as 17h00min do dia 16/12/2015, porém, somente serão inseridas no dia 04/01/2016. Publique-se. GP, 10 de dezembro de 2015. DOE, Legislativo, 12/12/2015, p. 23
11/12/2015	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1583, DE 2015</u> Institui a Campanha Estadual Antitabagismo nas Escolas Públicas e Privadas do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 11/12/2015, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 1582, DE 2015</u> Institui a Campanha Estadual de combate às Drogas nas Escolas Públicas e Privadas do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 11/12/2015, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 1581, DE 2015</u> Dispõe sobre o cadastro de câmeras de videomonitoramento público e privado com gravação junto ao sistema de prevenção e investigação criminal do Estado de São Paulo - Detecta, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 11/12/2015, p. 11
10/12/2015	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 67, DE 2015</u> Altera a redação do inciso VIII do artigo 5º da Lei Complementar nº 1.257, de 6 de janeiro de 2015 e acrescenta-lhe o inciso VIII-A. DOE, Legislativo, 10/12/2015, p. 13 <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 2015</u> Acrescenta dispositivo ao artigo 45, da Lei Complementar 207, de 05 de janeiro de 1979. DOE, Legislativo, 10/12/2015, p. 13 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1578, DE 2015</u> "Dispõe sobre a vacinação domiciliar às pessoas idosas e às pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitantes degenerativas e dá outras

	providências." DOE, Legislativo, 10/12/2015, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 1576, DE 2015</u> Classifica Itariri como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 10/12/2015, p. 13 TRIBUNAL DE CONTAS BALANÇOS Balancete da Execução Orçamentária do 5º Bimestre de 2015, elaborado em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 170 da Constituição Estadual DOE, Legislativo, 10/12/2015, p. 21
09/12/2015	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1570, DE 2015</u> Proíbe a cobrança de multas ou taxas abusivas dos consumidores pelo extravio ou danificação de comanda, cartão de consumo ou congêneres DOE, Legislativo, 09/12/2015, p. 11
08/12/2015	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1566, DE 2015</u> Estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, indireta e fundacional dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 08/12/2015, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 1561, DE 2015</u> Isenta do pagamento de taxas a emissão da segunda via de documentos danificados ou extraviados por ocorrência de catástrofe da natureza e dá outras providências. DOE, Legislativo, 08/12/2015, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 1557, DE 2015</u> Dispõe sobre a criação e implantação da Faculdade de Tecnologia - FATEC, vinculada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, no Município de Santa Cruz do Rio Pardo. DOE, Legislativo, 08/12/2015, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1555, DE 2015</u> Dispõe sobre a criação da delegacia de crimes raciais e de intolerância religiosa - DECRAIN. DOE, Legislativo, 08/12/2015, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1551, DE 2015</u> Dispõe sobre proibição de impedimento ou exclusão de pessoas inscritas nos órgãos de proteção ao crédito e cadastros de restrição ao crédito, para o fim de processo seletivo para admissão ao mercado de trabalho e dá outras providências. DOE, Legislativo, 08/12/2015, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1550, DE 2015</u> Estabelece penalidades administrativas a todos os estabelecimentos e seus representantes que discriminarem as pessoas em razão de sua identidade de gênero, orientação sexual e dá outras providências.

	DOE, Legislativo, 08/12/2015, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1549, DE 2015</u> Fixa subsídio dos Deputados Estaduais para o exercício de 2016. DOE, Legislativo, 08/12/2015, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1548, DE 2015</u> Prorroga, para o exercício financeiro de 2016, os efeitos da Lei nº 15.685, de 14 de janeiro de 2015, que dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado. DOE, Legislativo, 08/12/2015, p. 11
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
10/12/2015	<u>DECRETO Nº 56.703, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Convoca a 7ª Conferência Municipal da Cidade de São Paulo, etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades. <u>DECRETO Nº 56.702, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Cria o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres - CPMU. <u>DECRETO Nº 56.701, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a disponibilização de dados do cadastro fiscal imobiliário no portal de informações geográficas e geoespaciais da Prefeitura do Município de São Paulo - GeoSampa. <u>DECRETO Nº 56.700, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Institui a Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal – CODUSP, na Controladoria Geral do Município; transfere e altera a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica; altera o artigo 9º do Decreto nº 56.075, de 23 de abril de 2015.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107